

O petróleo é nosso dizia o projeto. A frase de impacto foi criada para dizer que duas coisas seriam base de nossa cultura petroleira.

- Nós definimos o preço;
- Faremos o país ser autossuficiente!

Mas porque estamos até hoje estagnados? Politicamente nós tínhamos dependência total dos Estados Unidos da América no quesito petróleo e na época havia domínio norte americano do petróleo extraído aqui.

NÓS DEFINIMOS O PREÇO

Sim, a ideia era boa! Definirmos o preço seria ótimo, mas como tudo na política Brasileira na teoria pode funcionar mas na prática é uma vergonha.

Continuamos até hoje dependendo de preços externos. E pensar que algo que a imprensa não divulgou e não divulga com tanta força é que o modelo era meio socialista em dizer que era em DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL.



FAREMOS O PAÍS AUTOSSUFICIENTE

Sim no projeto o petróleo é nosso diria que o país seria autossuficiente na produção de petróleo e o presidente brasileiro muito famoso chamado Lula também mentiu falando sobre isso.

Na realidade temos produção suficiente para consumo próprio e para exportar as sobras e obter um lucro alto encima disto e não é anunciar autossuficiência que o torna.

SOLUÇÃO

Para realmente tornar o petróleo é nosso real, precisamos fazer algumas melhorias.

Cito algo baseado na lei para definir a real solução.

A lei 4.425/1964 que foi extinta tratava disso inicialmente e genericamente fora precedida pela lei 313/1948 mas que davam muita abertura.

A lei 4.425/1964 foi revogada pelo Decreto Lei 1038/1969 que tratava mais precisamente do assunto mineral.

Como todas as leis houveram muitas alterações, ficando as mais fortes em 1986, depois com inclusões em 1991 e ao longo dos anos adicionados alguns termos, mas o principal é o que trata de IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS e vou usar como base (sem posteriores alterações pois houve apenas retificações).

Diz o seguinte:

"Art 1º O Imposto Único sobre Minerais incide uma só vez sobre uma das operações de extração, tratamento, circulação, distribuição, exportação e consumo de substâncias minerais originárias do País, constantes da lista anexa a este Regulamento (Decreto-lei nº 1.038/69, arts. 1º e 2º)."

A maior incidência de valores altos no petróleo Brasileiro inicia pelas brechas que autorizam de forma absurda que haja o imposto inicial sobre a extração, imposto sobre a refinaria, imposto sobre o transporte e imposto na distribuição.

Poucos Brasileiros sabem que se pegarem cupom fiscal ou nota fiscal registrado em seu CPF na hora de abastecer, que podem no imposto de renda receber de volta estes impostos pagos.

Como esses passos até a bomba de abastecimento são interligados, deveriam ser todos isentos de imposto para cumprir a lei em seu maior rigor.

Então precisamos de alguns passos para tornar viável, sem falar sobre divisão de estados que ficará para o próximo artigo.

- Isentar impostos em funções colaterais da distribuição do petróleo;
- Fabricar refinarias de médio porte em estados regionalizados (enviando petróleo através de oleodutos);
- Definir preço interno do petróleo para refinarias que não sejam estatais (ampla concorrência) sem base no dólar;
- Tornar o uso do gás natural como prioridade.

É difícil fazer isto? Não, mas a burocracia torna!

Desburocratizar torna realmente o petróleo nosso e por causa disso nunca mais precisaríamos ver carros 1.0, pelados e sem até ar-condicionado para um país semi-tropical (pra não falar de clima infernal) rodando por aí.